SEMINÁRIO NACIONAL DO FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL 2021

FRENTE AO COLAPSO CIVILIZACIONAL, ESPERANÇAR COM OS POVOS GUARDIÕES DA VIDA

CARTA PÚBLICA



NÃO HÁ OUTRA OPÇÃO: A OPÇÃO É CUIDAR DA MÃE TERRA

Nós, participantes do Seminário Nacional do Fórum Mudanças Climáticas Justiça Socioambiental (FMCJS) - *Frente ao colapso civilizacional, esperançar com os povos guardiões da vida* -, reunidos virtualmente de 23 a 26 de novembro de 2021 e representando todos os biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampa, Mata Atlântica e Zona Costeira), queremos tornar público o nosso posicionamento neste momento dramático de colapso civilizacional e de intensificação das violações à Terra e aos territórios dos povos e das comunidades tradicionais.

As Mudanças Climáticas não são um problema do futuro, mas suas consequências já se fazem presentes. De acordo com o Relatório sobre o Clima do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC, 2021, p.150), publicado em agosto de 2021, as mudanças climáticas não são um fenômeno pouco palpável ou de um futuro distante. Segundo dados do IPCC, a temperatura do planeta alcançará o limite de +1,5 ºC, em relação à era pré-industrial, no início da década de 2030, dez anos antes do previsto nas estimativas de 2018.

A crise hídrica já é um grave problema. Conforme mostrou a pesquisa do MapBiomas, perdemos 15,7% da superfície de água existente no país, desde o início dos anos 1990, e a tendência é perder cada vez mais água. A Floresta Amazônica se aproxima de seu "ponto de não retorno", ou seja, de não conseguir mais se regenerar, devido aos impactos do aquecimento global, junto com o aumento do desmatamento. A Caatinga tem 230 mil km² em níveis graves de desertificação e está sendo devastada por parques eólicos, até em brejos de altitude. O Cerrado perdeu, nos últimos 30 anos, 60% de sua cobertura vegetal original. O Pantanal sofre uma degradação acentuada pelo avanço da agropecuária extensiva. Os Pampas perderam quase 54% da vegetação original. Na Mata Atlântica, onde vive 62% da população brasileira, 93% da mata original não existe mais. A Zona Costeira está sendo marcada por fortes processos de assoreamento, erosão e desmatamentos dos manguezais e invadida por parques eólicos, de modo especial no Rio Grande do Norte.

Os impactos das mudanças climáticas são desiguais, reforçam as vulnerabilidades sociais e intensificam as injustiças socioambientais já existentes. Em particular na sociedade brasileira, cuja formação social é escravocrata, patrimonialista, patriarcal e latifundiária, os impactos das mudanças climáticas são reforçados pelo racismo estrutural.

O modelo de acumulação capitalista, financeiro e hegemônico dependente vem promovendo, cada vez mais, a expropriação da natureza e de suas riquezas. Não é mais possível aceitar um modelo de desenvolvimento predatório, que em nome do crescimento econômico e da manutenção das relações neocoloniais entre o Norte global e o Sul global, expropria terras e territórios, devasta as riquezas naturais, coloca em risco a biodiversidade, promove processos de aculturação das populações, viola direitos consagrados e promove o etnocídio de povos e comunidades tradicionais.

VISIT…

LANZAROTE Caliente.com

As Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas buscam caminhos para que o aquecimento global não ultrapasse um aumento de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. No entanto, ao longo das últimas COPs, o principal caminho apontado pelos Estados negociadores esteve voltado para a criação de um Mercado de Carbono Global. A COP 26, realizada este ano em Glasgow, na Escócia, não foi diferente! Seu principal objetivo foi debater o fechamento do Livro de Regras do Acordo de Paris, principalmente no que se refere ao seu artigo 6, que trata dos Mecanismos do Mercado de Carbono.

As entidades reunidas neste seminário consideram que o Mercado de Carbono é uma falsa solução para o clima, haja visto que: I) reduz a crise climática e ambiental ao problema da remoção de CO_2; II) monetiza os bens da natureza e os conecta ao sistema capitalista de finanças globais; III) esconde os danos sociais e ecológicos gerados a partir da monetização da natureza, na medida em que causam outros danos socioambientais, como conflitos territoriais entre populações indígenas e tradicionais, substituição de floresta nativa por monoculturas de eucalipto e de todo tipo; IV) não cria mecanismos para mexer nas estruturas poluidoras do Norte global, mas coloca a natureza do Sul global como um ativo a serviço das empresas e do sistema financeiro. Assim, consideramos que a COP26 falhou mais uma vez ao não construir consensos políticos na escala internacional para evitarmos o colapso climático.

Porém, mesmo frente a esse cenário, há um amplo processo de resistência, de construção de práticas emancipadoras, que ecoa dos diferentes biomas e que pode e deve servir de base para a solução dos impactos causados pelas mudanças climáticas. Essas práticas nos chamam para o compromisso da construção coletiva, em prol da vida e em prol da Mãe Terra. Por isso, reafirmamos que o FMCJS deve continuar sendo esse espaço coletivo de articulação dessas diferentes experiências, que ajuda a direcionar ações para o fortalecimento da luta geral.

A celebração da colheita e a socialização de experiências advindas de todos os biomas brasileiros, como a apresentação de materiais impressos (as Cartilhas Vida em Harmonia – sobre os direitos da Natureza, Mãe Terra, e Convivendo na Casa Comum - sobre o combate à desertificação, e o Diálogo com os peixes); audiovisuais (Mulheres que restauram, Vovó Ventania, Celebração do Rio Paraguai); de experiências de implementação de tecnologias sociais (Usina Solar Bem Viver, Segurança Hídrica e Transição Energética, Tapajós Solar); de articulação e formação (Articulação Belo Chico, Polinizadores de Ecologia Integral e Formação em Racismo Ambiental), entre tantas outras experiências, revelaram não só criatividade, riqueza e intensidade, como também uma capacidade enorme de mobilizar e capacitar pessoas do campo e da cidade.

Estamos cientes que não é nos espaços das Cúpulas do Clima que devemos enfrentar os problemas que temos, porque os Governos deste mundo e a própria ONU não conseguem se libertar das grandes corporações e seus lobistas. O nosso trabalho é a nossa colheita. O nosso trabalho é fora destas salas, junto ao povo.

Para avançarmos em nossa luta de enfrentamento das mudanças climáticas na perspectiva da justiça socioambiental, nos comprometemos em: I) tornar melhor conhecidas as boas práticas, através de uma comunicação mais criativa e eficiente; II) nos articular melhor, criando redes, ampliando contatos para estarmos presentes e atuantes no maior número de espaços sociais e políticos; III) propor novos caminhos nas políticas públicas; IV) propor e implementar o Desmatamento Zero; V) fortalecer os nossos círculos de debates e de formação; VI) fortalecer a mobilização social nos territórios contra a instalação de novos projetos do capital; VII) construir processos de participação nos principais eventos que acontecerão no próximo período (Fórum das Resistências, FOSPA, Cúpula dos POVOS Rio + 30, Eleições 2022 e outros temas conjunturais); VIII) fortalecer as campanhas em curso e que já estão na pauta do FMCJS; e IX) dar continuidade à incidência política para dentro dos espaços governamentais.

Representando, neste seminário, as comunidades urbanas e rurais dos nossos biomas, queremos reafirmar, como Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, o nosso compromisso com uma sociedade justa e igualitária, democrática e diversa, em harmonia com a Mãe Terra e esperançando com os povos guardiões da vida na consolidação do Bem Viver.

Entidades participantes do seminário

AESOL
ÁGORA DXS HABITANTES DA TERRA
ARCA
ARTICULAÇÃO ANTINUCLEAR BRASILEIRA
ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO AMAZONAS
ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO VIVO
ASA - ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
ASPTA
ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA - APREMAVI
ASSOCIAÇÃO PROVIDA
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE FÉ E VIDA
CARITAS B. REGIONAL NE 2
CÁRITAS BRASILEIRA
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ
CARITAS REGIONAL NORDESTE 2
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS
CERSA
CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CIMI NE
COLETIVO MURA
COMITÊ POPULAR DO RIO PARAGUAI/PANTANAL
CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES
CPT
FASE
FIOCRUZ RJ
FLD-COMIN-CAPA
FMCJS - FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL
FMCJS NUCLEO CAETITÉ/BA
FMCJS NUCLEO PB
FMCJS NÚCLEO PE
FMCJS NÚCLEO RJ
FMCJS NÚCLEO RN
FMCJS NÚCLEO SC
FÓRUM DAS ÁGUAS
FÓRUM POTIGUAR DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
IMV - INSTITUTO MADEIRA VIVO
INSTITUTO ART'AFRO E DIREITOS HUMANOS
INSTITUTO PACS
INSTITUTO TERRAMAR
INTERNATIONAL RIVERS
KOINONIA
MAB – MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS
MTV - MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO
SAR
SARES
SOCIEDADE FÉ E VIDA
SPM - SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES